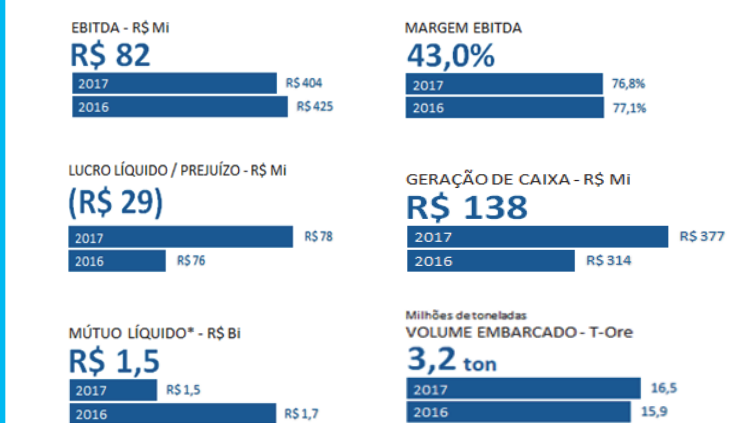


**RELATÓRIO ANUAL 2018**

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.** Agradecemos a todos que contribuíram para o progresso da Ferroport em 2018, especialmente os nossos acionistas, pela confiança e credibilidade, e os nossos empregados, pela cooperação e comprometimento. Iniciamos o ano com a operação em alta e expectativa de crescimento contínuo. No entanto, o rompimento do mineroduto da Anglo American em março interrompeu as operações no terminal de minério de ferro. A retomada das operações ocorreu em dezembro. O período de paralisação exigiu alguns sacrifícios e a busca de alternativas para atenuar impactos. Durante esse período, realizamos as manutenções necessárias para garantir a integridade dos equipamentos, focamos no desenvolvimento dos nossos empregados, renegociamos o escopo de contratos, realizamos a atracação do navio sonda West Carina e iniciamos as atividades da Ferroport Serviços, atendendo as demandas de manutenção das empresas do complexo do Porto do Açú. Em 2019, continuaremos empenhados em tornar a Ferroport uma das melhores empresas do setor de transporte e logística do Brasil, referência em excelência operacional e segurança. **PERFORMANCE OPERACIONAL & FINANCEIRA.** No ano de 2014, a Ferroport entrou em operação e realizou o primeiro embarque de minério de ferro – na ocasião, foram embarcadas aproximadamente 80 mil toneladas. Em 2016 e 2017, a Companhia embarcou 15,9 e 16,5 milhões de toneladas de minério de ferro, respectivamente. Em 2018, devido à paralisação das operações, foram embarcadas 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro, o EBITDA do período foi de R\$ 82,2 milhões, com uma margem de 43% da receita líquida, e foi registrado um prejuízo de R\$ 28,8 milhões. **SEGURANÇA.** A segurança operacional é um compromisso inegociável na Ferroport. Mantemos todos os empregados atentos às melhores práticas de Segurança do Trabalho. Como consequência deste compromisso da Ferroport, a Companhia reforça continuamente o envolvimento dos líderes na gestão de segurança e riscos das atividades diárias. Em 2018, não houve nenhum acidente com afastamento de empregados próprios e de terceiros sob responsabilidade da Companhia. **NOSSOS VALORES.** Na Ferroport temos um jeito próprio e especial de trabalhar, que pode ser resumido em cinco valores fundamentais: • Segurança; • Responsabilidade Socioambiental; • Respeito; • Foco no Resultado; • Nosso Jeito. Somos responsáveis, agimos com profissionalismo, companheirismo, competência e colaboração.

**HIGHLIGHTS 2018:**


A performance operacional de 2018 foi impactada pelo rompimento do mineroduto da Anglo American. Dessa forma, apesar de iniciar o ano com a produção em alta, em março as operações foram paralisadas e mantiveram-se desta forma ao longo de todo o ano. Em 2018, foram embarcadas 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro em 19 navios. Desde o início das operações em 2014, foram embarcadas 44,6 milhões de toneladas de minério de ferro em 291 navios, sendo o principal destino os clientes da Anglo American na Ásia.



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.655	25.028	31.925	25.028
Contas a receber de partes relacionadas	12	30.126	97.065	30.264	97.065
Estoque	5	21.618	20.016	21.618	20.016
Impostos a recuperar	7	89.345	43.327	89.345	43.327
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	787	785	787	785
Despesas antecipadas		1.842	2.893	1.844	2.893
Outros		939	7.647	939	7.647
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>176.312</b>	<b>196.761</b>	<b>176.722</b>	<b>196.761</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	8	35.974	34.755	35.974	34.755
Impostos a recuperar	7	-	36.064	-	36.064
Partes relacionadas - ativo a ser transferido	12	210.102	210.102	210.102	210.102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	57.709	-	57.709	-
Investimentos	9	375	-	-	-
Imobilizado	10	2.113.754	2.125.745	2.113.754	2.125.745
Intangível	11	1.541	2.515	1.541	2.515
Diferido		3.781	4.438	3.781	4.438
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.423.236</b>	<b>2.413.619</b>	<b>2.422.861</b>	<b>2.413.619</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.599.548</b>	<b>2.610.380</b>	<b>2.599.584</b>	<b>2.610.380</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores		18.510	41.751	18.510	41.751
Salários e encargos a pagar		11.352	13.915	11.352	13.915
Impostos a recolher	13	3.196	5.328	3.200	5.328
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	775	-	775
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	16.631	18.712	16.663	18.712
Partes relacionadas - empréstimos e contas a pagar	12	159.898	128.123	159.898	128.123
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>209.587</b>	<b>208.604</b>	<b>209.623</b>	<b>208.604</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	34.485	33.453	34.485	33.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	6.886	-	6.886
Partes relacionadas - empréstimos e contas a pagar	12	1.636.647	1.648.930	1.636.647	1.648.930
Receita diferida com partes relacionadas	12	52.835	55.029	52.835	55.029
Provisão para contingências	14	15.613	2.937	15.613	2.937
Impostos a recolher		3.984	-	3.984	-
Outros		20.534	420	20.534	420
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.764.098</b>	<b>1.747.655</b>	<b>1.764.098</b>	<b>1.747.655</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15				
Capital social		414.397	414.397	414.397	414.397
Reservas de capital		94.589	94.589	94.589	94.589
Reservas para contingências		109.595	138.357	109.595	138.357
Reserva legal		7.282	7.282	7.282	7.282
Outros resultados abrangentes		-	(504)	-	(504)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>625.863</b>	<b>654.121</b>	<b>625.863</b>	<b>654.121</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.599.548</b>	<b>2.610.380</b>	<b>2.599.584</b>	<b>2.610.380</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

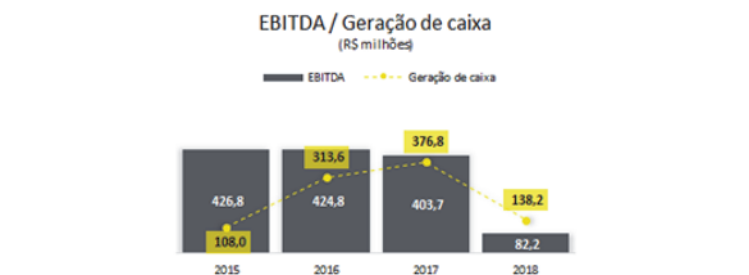
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(93.357)	161.154	(93.273)	161.154
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização		48.107	44.551	48.107	44.551
Provisão para instrumentos financeiros derivativos		(12)	369	(12)	369
Varição monetária e juros		123.875	191.634	123.875	191.634
Amortização de seguros		3.736	4.170	3.733	4.170
Provisão para bônus		8.404	10.432	8.413	10.432
Provisões para processos judiciais		12.677	111	12.677	111
Amortização da receita diferida		(2.194)	(2.194)	(2.194)	(2.194)
Resultado de equivalência patrimonial		(275)	-	-	-
Redução ao valor recuperável - Corelocs		-	14.166	-	14.166
		<b>100.961</b>	<b>424.393</b>	<b>101.326</b>	<b>424.393</b>

**(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:**

Contas a receber de partes relacionadas	66.952	35.252	66.813	35.252
Estoque	(1.384)	(1.695)	(1.384)	(1.695)
Impostos a recuperar	1.942	1.065	1.942	1.065
Despesas antecipadas	(2.685)	(4.539)	(2.685)	(4.539)



Devido ao rompimento do mineroduto o pagamento do *Take or Pay* foi suspenso pela Anglo American. O EBITDA de 2018 foi de R\$ 82,2 milhões, com uma margem de 43% da receita líquida. Apesar dos impactos, a Ferroport gerou R\$ 138,2 milhões de caixa no ano, devido, principalmente, à renegociação de contratos, controle de custos e postergação de projetos. Em 2018, foi amortizado um total de R\$ 131,3 milhões do mútuo com os acionistas da Companhia.



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. RECEITA BRUTA.** Em 2018, a Ferroport obteve uma receita com minério de ferro de R\$ 186 milhões, uma redução de 68% em comparação à receita de 2017. A redução foi devido à suspensão do pagamento do *Take or Pay*. Em contrapartida, as operações no *T-Oil* resultaram em uma receita de R\$ 25 milhões em 2018, um aumento de 183% comparado à 2017, representando 12% da receita bruta. **Composição de Ebitda:**

	2015	2016	2017	2018
<b>Receita Líquida</b>	<b>553.694</b>	<b>550.917</b>	<b>525.875</b>	<b>191.108</b>
<b>Opex (126.869)</b>	<b>(126.134)</b>	<b>(122.213)</b>	<b>(108.900)</b>	<b>(108.900)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>426.825</b>	<b>424.783</b>	<b>403.661</b>	<b>82.208</b>

A receita líquida de 2018 apresentou uma queda de 64% comparado à 2017. Houve, também, uma redução nos custos e despesas operacionais em função, principalmente, da renegociação de contratos, *layoff*, adequação da curva de contratação de pessoal e menores custos com energia.

	2015	2016	2017	2018
OpEx-R\$Mil				
Pessoal	57.229	50.582	57.325	48.071
Depreciação e Amortização	41.017	44.153	37.722	53.618
Serviços de Terceiros	34.277	32.138	29.254	21.746
Alugueis e Arrendamentos	9.417	7.071	6.203	4.216
Seguros	5.347	4.522	4.188	3.765
Consumíveis	30.779	29.815	36.278	25.433
Contingências	-	1.104	45	12.635
Viagens e Representações	691	511	391	400
<b>Outros</b>	<b>6.923</b>	<b>6.934</b>	<b>2.730</b>	<b>6.137</b>

Os custos e despesas de 2018 totalizaram R\$ 176 milhões, um aumento de R\$ 1,9 milhões em relação à 2017. Os principais impactos ocorreram na linha de depreciação/amortização, em virtude do ajuste dos créditos de PIS/COFINS sobre depreciação incorridos em 2017, e na linha de contingências, devido à provisão de perda provável de uma ação judicial. Em contrapartida, houve redução de gastos com pessoal (*layoff* e postergação de contratações), serviços de terceiros (renegociação de contratos) e menor consumo de energia. **LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO.** Em 2018, como consequência da suspensão do pagamento do *Take or Pay* e do aumento de gastos com depreciação/amortização e contingências, a Ferroport registrou um prejuízo de R\$ 28,8 milhões. **SUSTENTABILIDADE.** A Ferroport acredita que a sustentabilidade de suas atividades é alcançada principalmente pela segurança ambiental e pela contribuição efetiva para o desenvolvimento local e inclusão social. A Companhia preza pela proximidade com as comunidades locais, transparência das informações e a construção de um diálogo permanente, com o objetivo de identificar parceiros e oportunidades, colaborando para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Em 2018,

**Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	16	188.082	523.681	188.914	523.681
Custos dos serviços prestados	17	(133.911)	(141.716)	(134.216)	(141.716)
<b>Lucro bruto</b>		<b>54.171</b>	<b>381.965</b>	<b>54.698</b>	<b>381.965</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	18	(41.640)	(32.450)	(41.805)	(32.450)
Provisão para redução ao valor recuperável		-	(13.458)	-	(13.458)
Resultado de Equivalência Patrimonial		276	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	15.697	16.415	15.697	16.415
		(25.667)	(29.493)	(26.108)	(29.493)
<b>Total antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>28.504</b>	<b>352.472</b>	<b>28.590</b>	<b>352.472</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	20	4.752	8.200	4.752	8.200
Despesas financeiras	20	(126.613)	(199.518)	(126.615)	(199.518)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(93.357)</b>	<b>161.154</b>	<b>(93.273)</b>	<b>161.154</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	6	-	(14.137)	(8)	(14.137)
Diferido	6	64.595	(68.862)	64.595	(68.862)
<b>Total imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(28.762)</b>	<b>78.155</b>	<b>(28.762)</b>	<b>78.155</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(28.762)</b>	<b>78.155</b>	<b>(28.762)</b>	<b>78.155</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		(28.762)	78.155	(28.762)	78.155
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos – ganho (perda) de hedge accounting		764	(3.709)	764	(3.709)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(260)	1.261	(260)	1.261
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(28.258)</b>	<b>75.707</b>	<b>(28.258)</b>	<b>75.707</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado		Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		2018	2017	2018	2017			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	15	<b>414.397</b>	<b>94.589</b>	<b>64.109</b>	<b>3.374</b>	<b>1.944</b>	-	<b>578.414</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	78.155	78.155
Instrumentos financeiros derivativos – Hedge accounting		-	-	-	-	(2.448)	-	(2.448)
Constituição das reservas – destinação do lucro		-	74.247	3.908	-	-	(78.155)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>414.397</b>	<b>94.589</b>	<b>138.356</b>	<b>7.282</b>	<b>(504)</b>	-	<b>654.121</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(28.762)	(28.762)
Compensação do prejuízo		-	(28.762)	-	-	-	28.762	-
Instrumentos financeiros derivativos – Hedge accounting		-	-	-	-	504	-	504
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>414.397</b>	<b>94.589</b>	<b>109.594</b>	<b>7.282</b>	-	-	<b>625.863</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2								
--	--	--	--	--	--	--	--	--


**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional.** Em 2007, a Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport" ou a "Companhia"), conhecida anteriormente como LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., localizada no Estado do Rio de Janeiro, Rua da Passagem 123/ 11º andar – Botafogo, foi constituída com o objetivo de desenvolver e operar instalações portuárias e de prestar serviços de suporte logístico. A Ferroport é coproprietária de uma área de 300 hectares no Porto do Açú, que é destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, estrutura *offshore* formado por uma ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e dois berços para o carregamento de minério de ferro. O desenvolvimento do projeto foi estabelecido pelo " *Framework Agreement and Asset Allocation Agreement* ("Acordo"), que determina as relações operacionais e comerciais entre a Companhia, a Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumopar"), e a subsidiária da Prumo, a Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo") e a Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A. ("AAMFB"). O Acordo prevê que a Ferroport é responsável pela construção do terminal portuário T1, e define a alocação dos ativos entre as partes, as formas de pagamento, a transferência de ativos divisíveis à AAMFB e as regras de copropriedade para os ativos indivisíveis. Os ativos são transferidos aos acionistas de acordo com a fórmula definida no Acordo ao custo de construção. Com a entrega dos ativos, a Companhia reconhece o ganho relacionado ("ganho de Mark-up"). A Companhia registra sua parcela de participação no porto e em outros ativos proporcionalmente ao montante total investido na construção desses ativos. As condições comerciais e operacionais dos acordos mencionados considera o compromisso de *Take or Pay* pela AAMFB de um volume de 26,6 milhões de toneladas métricas úmidas (WMT) por ano para o embarque de minério de ferro, sujeito à disponibilidade de capacidade do porto, por US\$7,10 (sete dólares e dez centavos) por WMT, com base nos termos de 1o de Julho de 2013, para ser atualizado anualmente pelo Índice de Preços do Produtor dos Estados Unidos ("PPI") até o primeiro carregamento, e então, a partir desta data em diante atualizado por 2/3 do PPI por ano a cada 1º de janeiro. A tarifa reduzida é aplicável ao volume embarcado de minério de ferro, que exceda os 26,6 milhões WMT no ano. O prazo do contrato é de 25 anos. O " *Port Access Agreement*" ("Acordo de acesso ao Porto") firmado com os acionistas determina que a Ferroport é responsável pela manutenção da infraestrutura *offshore*, incluindo a dragagem do canal de acesso e a manutenção do quebra-mar e, consequentemente, cobrará tarifas portuárias com base no número de navios, tempo de atracação e o volume de transbordo de petróleo. Em outubro de 2014, a Companhia entrou em operação com a realização do primeiro embarque de aproximadamente 80 mil toneladas de minério de ferro. Em junho de 2015, os acionistas assinaram o *Side Agreement to Shareholders Agreement* ("Acordo"), que estabeleceu os termos e condições para a amortização dos saldos dos mútuos, incluindo a fórmula de cálculo para definição do caixa disponível e o caixa mínimo necessário para operação da empresa e o prazo de pagamentos mensais. O Acordo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016 e a amortização dos saldos dos mútuos deverá ocorrer até no máximo em 31 de dezembro de 2030. Em 2016, a Companhia concluiu a dragagem de aprofundamento do canal de acesso para 20,5 metros e em março de 2016 a Companhia recebeu a aprovação da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro para operar navios Capesize com a profundidade máxima de 18,5 metros. Em agosto de 2016, a Açú Petróleo realizou a primeira operação de transbordo de petróleo através de dois navios Suezmax, efetivando assim, o Acordo de Acesso ao Porto. Em 2018, Açú Petróleo realizou 30 operações em 69 navios embarcando aproximadamente 5,2 milhões de toneladas métricas de petróleo. Desde o início das operações em agosto de 2016, foram realizadas 51 operações em 111 navios Suezmax. Em abril de 2017, a empresa realizou o maior volume carregado em uma mesma embarcação através do navio Abov Karlie, que foi carregado com 202 mil toneladas de minério de ferro. Após a aprovação da Marinha em julho de 2017, foi realizada a primeira manobra de desatracação noturna em novembro de 2017. Em 2018, a Companhia embarcou 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro através de 19 navios (16,5 milhões de toneladas em 98 embarcações em 31 de dezembro de 2017). Desde o início das operações, em outubro de 2014, a Companhia carregou 44,6 milhões de toneladas de minério de ferro, atingindo a marca de 291 embarcações atracadas no porto. Em 12 de março de 2018, a Anglo American Minério de Ferro do Brasil (AAMFB) identificou um vazamento no mineroduto através do qual a produção de minério de ferro é transportada de Minas (Rio – Minas) para o T-ORE, terminal portuário operado pela Ferroport. A AAMFB reparou o duto e restabeleceu as operações. Em 29 de março de 2018, a AAMFB identificou um segundo vazamento, e anunciou que as operações no mineroduto seriam suspensas por 90 dias, até que fosse executada uma inspeção detalhada do duto. Em 18 de abril de 2018, a Ferroport foi notificada pela AAMFB, indicando que os dois vazamentos, ocorridos em 12 e 29 de março, causaram a suspensão da licença de operação do mineroduto pelas autoridades locais, até que uma inspeção ao longo de toda sua extensão fosse executada, e sua segurança fosse confirmada por um especialista independente. Além disso, a AAMFB suspendeu os pagamentos de *Take or Pay*. O montante sob discussão foi classificado como um ativo contingente, não reconhecido no balanço patrimonial conforme determinado pelo CPC 25 (Provisões, Ativos e Passivos contingentes), mencionado na nota 14. Durante a parada operacional para manutenção do mineroduto, a Ferroport adotou medidas para mitigar os impactos operacionais e financeiros, incluindo o layoff para alguns empregados e renegociação dos principais contratos. Em 21 de dezembro de 2018, a AAMFB anunciou a retomada das suas operações. O reinício das operações seguiu uma extensiva e detalhada inspeção técnica ao longo dos 529 km do mineroduto, que transporta o minério de ferro em forma pastosa da mina para o porto, com o reparo preventivo de certas seções da tubulação e o recebimento das aprovações regulamentares apropriadas. A inspeção de toda a tubulação por meio de dispositivos especializados de inspeção de dutos ("PIGs") e a análise dos dados coletados por equipes de especialistas do Brasil e do exterior confirmaram sua integridade. Em 26 de dezembro de 2018, a operação retornou com o primeiro recebimento do minério de ferro após a paralisação. **1.1. Controlada.** Veja abaixo a controlada da Ferroport Logística:

Atividade	Participação societária
Ferroport Serviços	Serviço de manutenção 100%

Em Agosto de 2018, Ferroport Serviços EIRELI ("Ferroport Serviços"), controlada da Ferroport Logística, iniciou as operações de prestação de serviços de manutenção e engenharia para empresas alocadas no terminal portuário. **2. Licenças**

Tipo	Data de emissão	Vencimento
Permite o gerenciamento da fauna terrestre no porto pela companhia Ecologus Engenharia Consultiva LI no. IN 30418 Autorização ambiental provisória com vencimento em setembro/18 (Renovação de licença solicitada - Protocolo E-07/002.8027/2015);	29 de abril de 2015	30 de setembro de 2018

A Permissão para o Uso de Recursos Hídricos - OUT IN023738 autoriza a extração de água por meio de poços tubulares, para consumo humano, e outras aplicações (na construção civil e para ser borrifada nas estradas), na Bacia Hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul (Renovação de licença solicitada);

INEA (Instituto Estadual do Ambiente): Licença de Operações (LO) para o recebimento de minério de ferro, unidade de transferência de minério de ferro do pátio de armazenamento, pier de carregamento, áreas de utilidades e oficina de reparos, área administrativa, dragagem para manutenção do calado para acesso e navegação, transbordo de resíduos de embarcações e atividades de carregamento de alimentos, insumos de água potável em embarcações. Procedimento Regulatório 027024 (AVB002814). Renovação de licença por mais 6 anos - AVB003584.

ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) autoriza a Ferroport a iniciar a operação do terminal portuário.

Permissão para o reabastecimento temporário, pelo uso de caminhões-tanque, rebocadores, e lanchas no terminal de minério de ferro do Porto do Açú - LI no. IN 32632 Autorização ambiental provisória com vencimento em setembro/18 (Renovação de licença solicitada - E-07/002.9935/2015)

**3. Base da preparação e apresentação das demonstrações financeiras. a. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, iniciada com a Lei 6.404/76 com atualizações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, complementados por novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os diretores da Companhia autorizaram a conclusão destas demonstrações financeiras em 13 de março de 2019.

**b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo caixa e instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. Saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) nas taxas de câmbio de cada final de período. **d. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o propósito de honrar compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalentes de caixa um investimento de curto prazo com um prazo de três meses ou menos, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **e. Instrumentos financeiros. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente.** *Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018.* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos finan-

ceiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.* O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de Caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo à fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.*

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento.** *Ativos Financeiros.* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos Financeiros.* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Estoques.** Os estoques são representados por itens de manutenção e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. **g. Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, e o custo de construção incluem: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apureza pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil da peça substituída é baixado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, no período incorrido. Itens do imobilizado são depreciados base no método linear, considerando a vida útil econômica dos bens (conforme descrito na nota 10). Terrenos não são depreciados. Itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **h. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis são representados por *software* adquiridos pela Companhia com vida útil definida, sendo mensurados pelo custo, menos amortização e perdas de valor recuperável, quando aplicável. **i. Ativos diferidos.** A Lei no. 11.941/09 e os CPCs 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos, CPCs 15 a 41 - extinguiram o ativo diferido, permitindo que o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008 seja amortizado em 10 anos, após a entrada em operação, sujeito ao teste de *impairment*. Este ativo diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos pela Companhia até 31 de dezembro de 2008. A amortização deste ativo diferido teve início em outubro de 2014, com duração de 10 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** A cada data do balanço, a Companhia avalia se há evidências de redução do valor recuperável de um ativo financeiro. Se houver evidências ou se for necessário submeter um ativo a teste de *impairment*, a Companhia estima o valor recuperável deste ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos despesas de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida em anos anteriores. **k. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **l. Receita operacional.** A receita é reconhecida pelo regime de competência a prestação do serviço atrelado a armazenagem, embarque, operações logísticas e acesso ao porto. **m. Receitas e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos de

partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa efetiva de juros. Após o início das operações, cessou a capitalização dos custos de empréstimo e as despesas são reconhecidas no resultado. Os juros pagos sobre empréstimos no ano são apresentados no fluxo de caixa das atividades operacionais. **n. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legalmente executável de compensar passivos e ativos fiscais, e quando lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados anualmente e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, quando aplicável. **o. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. **p. Uso de estimativas e julgamentos.** A comparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os principais aspectos que podem ser afetados pelo uso de estimativas são: imposto de renda e contribuição social diferidos, determinação da vida útil dos ativos fixos e intangíveis, perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para ações judiciais e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação futura das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **q. Principais alterações nas políticas contábeis.** A companhia inicialmente adotou a IFRS 9 – *Financial Instruments* (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e a IFRS 15 – *Revenue from contracts with customers* (CPC 47 – Receita de contratos com clientes) a partir de 01 de Janeiro de 2018. **IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 – Instrumentos Financeiros).** *Natureza e impactos.* O principal impacto refere-se ao reconhecimento das perdas de crédito esperadas no contas a receber de energia. A metodologia consiste em calcular uma média ponderada do percentual recebido nos últimos 12 meses sobre os saldos mensais. *Classificação e mensuração.* CPC 48 / IFRS 9 mantém em grande parte os requerimentos presentes no CPC 38/IAS 39 de classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros está descrito abaixo:

	Classificação original conforme CPC 38/IAS 39	Nova classificação conforme CPC 48/IFRS 9	Valor original conforme CPC 38/IAS 39	Novo valor conforme CPC 48/IFRS 9
--	---	---	---------------------------------------	-----------------------------------

Caixa e equivalentes de caixa Valor justo através do resultado

Contas a receber de partes relacionadas Empréstimos e recebíveis

Outros – Contas a receber – Contas a receber de energia (a) Empréstimos e recebíveis amortizado

(a) Conforme IFRS 9, o montante de R\$ 4,354 refere-se a o reconhecimento da provisão de perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber de energia. *Transição.* A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores em relação aos requerimentos de classificação e mensuração (incluindo impairment). Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, mas sim do CPC 38 / IAS 39. **IFRS 15 - Revenue from contracts with customers (CPC 47 - Receita de contratos com clientes):** A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quanto e quando a receita é reconhecida. Substitui a orientação de reconhecimento de receita existente, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receita, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e CPC 30 Interpretação A (IFRIC13) Programas de Fidejização de Clientes. A IFRS 15 é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Após análise, a Companhia concluiu que não há impactos na aplicação da nova norma. **IFRS 16 - Leases (CPC 06 - R2 Arrendamentos):** O IFRS 16 introduz um modelo contábil único de arrendamentos no balanço para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento representando sua obrigação de fazer pagamentos de arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilidade da arrendadora permanece semelhante à norma atual - ou seja, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como arrendamentos financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui a orientação de arrendamentos existente, incluindo o CPC 06 (IAS 17) e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o impacto potencial que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 teria nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo:

Ativo de arrendamento	Passivo de arrendamento
-----------------------	-------------------------

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 podem mudar, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluem a data da aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
----------------------------------	-------------------	-------------------	------------------	------------------

Caixa e bancos 401

Equivalentes de caixa Fundos de investimento 16.941

Certificado de Depósito Bancário (CDB) 14.314

Investimentos de curto prazo de alta liquidez são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os retornos dos investimentos em 2018 e 2017 são de 99,89% e 101,37% da taxa DI, respectivamente. O portfólio atualmente consiste em fundos de investimentos e certificados de depósito emitidos pelo Banco ABC e Santander, respectivamente.

5. Estoques	Controladora e Consolidado 2018	Controladora e Consolidado 2017
-------------	---------------------------------	---------------------------------

Peças de reposição (manutenção) (a) 21.618

(a) Corresponde, em 2018 e 2017, a estoques a serem aplicados em manutenção de equipamentos. **6. Imposto de renda e contribuição social.** As movimentações nos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são as seguintes:

	Controladora e Consolidado 2018	Controladora e Consolidado 2017
--	---------------------------------	---------------------------------

Prejuízos fiscais 11.064

Diferenças temporárias: Provisão de bônus, contingências e outros

Diferença entre a base de impostos e o valor contábil – ativos diferidos -

Créditos de impostos originários de incorporação (a) 33.105

**Total de imposto diferido ativo 44.169**

**Passivos**

Diferença entre a base de impostos e o valor contábil das taxas de depreciação (34.619)

Diferenças Temporárias: Juros Capitalizados (5.760)

Depósitos judiciais (2.467)

Reversão de provisões (8.209)

**Total de imposto diferido passivo (51.055)**

**Efeito líquido (6.886)**

(a) Em 30 de Junho de 2014, a acionista da Companhia Centennial Asset Participações Minas-Rio S.A. e parte dos ativos cindidos da Anglo American Participações Ltda. foram incorporados na Ferroport com o objetivo de simplificar a estrutura de propriedade dos investimentos da Anglo American no Brasil, reduzindo os custos e o número de entidades legais, simplificando os procedimentos para distribuir os lucros dentro da estrutura corporativa e permitindo uma melhor utilização dos impostos corporativos disponíveis para a Ferroport na lei brasileira. A recuperação dos ativos fiscais diferidos baseia-se em um plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia avalia o valor contábil dos ativos fiscais diferidos com base na receita futura tributável da Companhia e mantém estes ativos no seu valor de realização esperado. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social e o valor ao se aplicar a taxa nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Imposto de renda e contribuição social	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
--	-------------------	-------------------	------------------	------------------

Resultado antes de impostos de renda e contribuição social (93.357)

Imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva de 34% 31.741

Efeito da alíquota sobre o lucro presumido -

**Ajustes:**

PERT (Programa de regularização tributária) -

Diferido - Provisão e reversão de provisão 16.804

Outros 16.050

**Total 64.595 (82.999)**

Imposto de renda e contribuição social corrente -

Imposto de renda e contribuição social diferidos 64.595

**Total imposto de renda e contribuição social 64.595 (82.999)**

Alíquota efetiva 69%

7. Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda – Antecipação	11.661	1.347
Contribuição social – Antecipação	3.313	229
PIS e COFINS	74.279	77.747
INSS	24	-
ISS	68	68
<b>Subtotal impostos a recuperar</b>	<b>89.345</b>	<b>79.391</b>
Impostos a recuperar	784	784
Contribuição social	3	1
<b>Total de imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>787</b>	<b>785</b>
<b>Total</b>	<b>90.132</b>	<b>80.176</b>
<b>Circulante</b>	<b>90.132</b>	<b>44.112</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>36.064</b>

8. Depósito judicial

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social (a)	34.485	33.453
Outros	1.489	1.302
<b>Total</b>	<b>35.974</b>	<b>34.755</b>

(a) A Companhia questiona a exigibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido em sua fase pré-operacional, e impetrou um mandado de segurança em janeiro de 2008, realizando depósito judicial no montante de R\$ 16.403. À Ferroport obteve decisão desfavorável e está aguardando o julgamento de seu recurso. O valor depositado foi declarado integralmente em "Impostos a pagar".

9. Investimento em controlada. Os investimentos em controladas são os seguintes: a. Movimento da participação em controladas

	2017	Aquisição Equivalência Patrimonial 2018
Ferroport Serviços EIRELI	100	275 375

Movimentação no imobilizado: Controladora e Consolidado

	Taxa de Depreciação anual %		2017	Adições	Pis e Transferência de ativi- Cofins e vos (Condomínio)	Baixas	Transfe- rências	2018
	2018	2017						
Benfeitorias	4	69.228	502	-	-	-	-	69.730
Móveis e utensílios	10	677	-	-	-	(1)	-	676
Veículos	20	904	135	-	-	-	-	1.039
Equipamentos de informática	20	6.579	925	-	-	(139)	-	7.361
Máquinas e equipamentos	10	6.910	638	-	-	-	-	7.548
Equipamentos eletrônicos	20	5.583	432	-	-	-	-	6.015
Defensas	10	4.031	-	-	-	-	-	4.031
Quebra-Mar	2.22	828.425	1.374	-	-	-	21.634	851.433
Canal de acesso marítimo	2.22	451.690	-	-	-	-	-	451.690
Pier - Terminal Portuário	2.22	813.168	160 (19.519)	-	30.898 (211)	-	5.706	830.202
Equipamentos de segurança	10	14.524	640	-	-	-	3.385	18.549
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	4.235	5.515	-	-	-	-	9.750
Adiantamentos a fornecedores	-	258	(258)	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	112.838	12.553	-	(119)	117	(30.725)	94.667
Outros	-	10.314	64	-	-	-	-	10.378
<b>Total</b>	<b>2.329.364</b>	<b>22.676 (19.519)</b>	<b>30.779 (234)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.363.069 (249.315) 2.113.754 2.125.745</b>

	Taxa de Depreciação anual %		2017	Adições	Pis e Transferência de ativi- Cofins e vos (Condomínio)	Baixas	Transfe- rências	2018
	2018	2017						
Benfeitorias	4	(67.925)	(1.188)	-	-	-	-	(69.113)
Móveis e utensílios	10	(366)	(65)	-	-	1	-	(430)
Veículos	20	(896)	(25)	-	-	-	-	(921)
Equipamentos de informática	20	(1.820)	(768)	-	-	139	-	(2.449)
Máquinas e equipamentos	10	(1.700)	(733)	-	-	-	-	(2.433)
Equipamentos eletrônicos	20	(4.116)	(67)	-	-	-	-	(4.183)
Defensas	10	(1.157)	(386)	-	-	-	-	(1.543)
Quebra-Mar	2.22	(58.494)	(18.246)	-	-	-	-	(76.740)
Canal de acesso marítimo	2.22	(24.326)	(6.691)	-	-	-	-	(31.017)
Pier - Terminal Portuário	2.22	(38.323)	(14.688)	-	-	-	19	(52.992)
Equipamentos de segurança	10	(3.933)	(1.394)	-	-	-	(19)	(5.346)
Outros	10 e 5	(563)	(1.585)	-	-	-	-	(2.148)
<b>Total</b>	<b>(203.619)</b>	<b>(45.836)</b>	<b>-</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(249.315)</b>

10. Imobilizado líquido

25 (Provisões para Responsabilidade Contingente e Ativos Contingentes), conforme mencionado na nota 14. Reconciliação de ativos e passivos com as atividades de financiamento dos fluxos de caixa:

	2018	2017
Saldo inicial em 31 de Janeiro de 2018	1.705.318	-
Varição no caixa	-	-
Juros pagos	(73.760)	-
Imposto de renda sobre mútuo	(18.609)	-
Operações de mútuo liquidadas	(44.570)	-
<b>Varição total nas atividades de financiamento</b>	<b>(136.939)</b>	<b>-</b>
<b>Outras variações</b>	<b>119.895</b>	<b>-</b>
Relacionadas ao passivo	-	-
Despesas financeiras (juros apropriados)	124.062	-
Outros	(4.168)	-
<b>Total de outras variações não caixa relacionadas ao passivo</b>	<b>119.895</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.688.274</b>	<b>-</b>

A remuneração dos principais executivos é demonstrada a seguir: 2018 2017  
Diretores (Salários e encargos) 3.324 3.273

11. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	2018	2017		
Custo	Amortização	2017	Adições	2018
Direito de passagem (a)	3 anos	5.528	-	5.528
Licença de uso de software	5 anos	10.022	613	10.635
Custo total		15.550	613	16.163
Amortização				
Direito de passagem	3 anos	(5.528)	-	(5.528)
Licença de uso de software	5 anos	(7.507)	(1.588)	(9.094)
Amortização total		(13.035)	(1.588)	(14.622)
		2.515	(975)	1.541

(a) O direito de passagem da Companhia em áreas de propriedade de terceiros para a execução de trabalhos de construção foi amortizado com base nos termos do acordo, que é de três anos da data de execução do acordo.

12. Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Ativos a serem transferidos à AAMFB (a)	210.102	210.102	210.102	210.102
Contas a receber da AAMFB (b)	26.005	95.981	26.005	95.981
Contas a receber da Açú Petróleo (c)	3.485	326	3.680	326
<b>Total</b>	<b>239.593</b>	<b>306.409</b>	<b>239.787</b>	<b>306.409</b>
Notas de Crédito				
AAMFB	325	347	325	347
Açú Petróleo	254	411	254	411
Ferroport Serviços	56	-	-	-
Circulante	30.126	97.065	30.264	97.065
Não Circulante	210.102	210.102	210.102	210.102
<b>Total</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>

Passivos  
Adiantamentos para transferência de ativos AAMFB (a) 210.102 210.102 210.102 210.102

Notas de débito AAFMB (e) - 4.123 - 4.123  
Notas de débito (Condomínio de ativos) AAMFB (f) 16.751 - 16.751 - Açú Petróleo (f) 14.147 - 14.147 -

Mútuos Prumo Participações e Investimentos 791.485 799.888 791.485 799.888 IRRF sobre empréstimo 77.329 71.736 77.329 71.736 Anglo American Capital London 686.731 691.204 686.731 691.204 **1.796.545 1.777.053 1.796.545 1.777.053**

Receita Diferida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita Diferida de parte relacionada (d)	52.835	55.029	52.835	55.029
Circulante	159.898	128.123	159.898	128.123
Não Circulante	1.636.647	1.648.930	1.636.647	1.648.930

(a) Refere-se aos ativos divisíveis a serem transferidos à AAMFB, conforme descrito no Acordo constante na Nota 1. (b) Recebíveis do acordo de take-or-pay com AAMFB. (c) Recebíveis do acordo de Port Access Agreement referente às operações de transbordo de petróleo. (d) Em Janeiro de 2008, foi firmado um acordo com a Porto do Açú de concessão do direito de acesso às instalações portuárias para carregamento e descarregamento de navios. Este contrato, no valor de R\$ 62.159, tem vigência por 35 anos, renovável por mais 35 anos, e foi pago integralmente em 31 de dezembro de 2009. A receita será reconhecida ao longo do termo do contrato. Após o início das operações em outubro de 2014, iniciou-se a amortização mensal destes valores reconhecido como outras receitas. (e) Refere-se à cessão de suprimento de energia elétrica com a Light e cobranças entre companhias. (f) O montante se refere à ineficiência financeira na tomada dos créditos tributários, conforme acordo dos acionistas. Vencimento e juros Os mútuos estão sujeitos a juros anuais de 100% do CDI mais 2% ao ano e não possuem cláusulas restritivas (covenants) ou garantias. A Companhia amortizará os saldos em aberto, incluído os juros, até no máximo 31 de dezembro de 2030. As transações que afetam o lucro ou prejuízo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita AAMFB - take-or-pay agreement (a)	165.427	571.380	165.427	571.380
Açú Petróleo	24.014	11.845	24.014	11.845
Ferroport Serviços	832	-	-	-
<b>Despesas/Custos</b>				
Anglo American	(18.730)	(22.813)	(18.730)	(22.813)
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(63.652)	(97.915)	(63.652)	(97.915)
Prumo Participações e Investimentos	(60.410)	(91.783)	(60.410)	(91.783)
Anglo American Capital London	-	(2.033)	-	(2.033)
Anglo American Participações em Minério de Ferro Ltda.	47.481	368.681	46.649	368.681

(a) Em 18 de abril de 2018, a AAMFB notificou a Ferroport discutindo a ocorrência de vários incidentes envolvendo o mineroduto, e os pagamentos de ToP foram suspensos. O valor em discussão foi classificado como um ativo contingente, não reconhecido no balanço, conforme determinado pelo CPC

b. Informações relevantes sobre a controlada:

	Número de ações (em milhares)	Ati- Pas- vo	Patri- mônio Líquido	Ca- pital período	Lucro no período		
						100	466
<b>Controladas</b>							
Ferroport Serviços EIRELI	100	100	466	(91)	(375)	100	275
<b>10. Imobilizado</b>							
	Taxa de Depreciação anual %	Custo	Depre- ciação acumu- lada	Saldo li- quido em 2018	Saldo li- quido em 2017		
Benfeitorias	4	69.730	(69.113)	617	1.303		
Móveis e utensílios	10	676	(430)	246	310		
Veículos	20	1.039	(921)	118	8		
Equipamentos de informática	20	7.361	(2.449)	4.912	4.759		
Máquinas e equipamentos	10	7.548	(2.433)	5.115	5.210		
Equipamentos eletrônicos	20	6.015	(4.183)	1.832	2.212		
Defensas	10	4.031	(1.543)	2.488	2.874		
Quebra-Mar	2.22	851.433	(76.740)	774.693	769.932		
Canal de acesso marítimo	2.22	451.690	(31.017)	420.673	427.364		
Pier - Terminal Portuário	2.22	830.202	(52.992)	777.210	774.845		
Equipamentos de segurança	10	18.549	(5.346)	13.203	10.591		
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	9.750	-	9.750	4.235		
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	258		
Obras em andamento	-	94.667	-	94.667	112.838		
Outros	-	10.378	(2.148)	8.230	9.006		
<b>Total</b>	<b>2.363.069</b>	<b>(249.315)</b>	<b>2.113.754</b>	<b>2.125.745</b>	<b>-</b>		

	Taxa de Depreciação anual %		2017	Adições	Pis e Transferência de ativi- Cofins e vos (Condomínio)	Baixas	Transfe- rências	2018
	2018	2017						
Benfeitorias	4	(67.925)	(1.188)	-	-	-	-	(69.113)
Móveis e utensílios	10	(366)	(65)	-	-	1	-	(430)
Veículos	20	(896)	(25)	-	-	-	-	(921)
Equipamentos de informática	20	(1.820)	(768)	-	-	139	-	(2.449)
Máquinas e equipamentos	10	(1.700)	(733)	-	-	-	-	(2.433)
Equipamentos eletrônicos	20	(4.116)	(67)	-	-	-	-	(4.183)
Defensas	10	(1.157)	(386)	-	-	-	-	(1.543)
Quebra-Mar	2.22	(58.494)	(18.246)	-	-	-	-	(76.740)
Canal de acesso marítimo	2.22	(24.326)	(6.691)	-	-	-	-	(31.017)
Pier - Terminal Portuário	2.22	(38.323)	(14.688)	-	-	-	19	(52.992)
Equipamentos de segurança	10	(3.933)	(1.394)	-	-	-	(19)	(5.346)
Outros	10 e 5	(563)	(1.585)	-	-	-	-	(2.148)
<b>Total</b>	<b>(203.619)</b>	<b>(45.836)</b>	<b>-</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(249.315)</b>

Controladora e Consolidado

	Taxa de Depreciação anual %		2017	Adições	Pis e Transferência de ativi- Cofins e vos (Condomínio)	Baixas	Transfe- rências	2018
	2018	2017						
Benfeitorias	4	(67.925)	(1.188)	-	-	-	-	(69.113)
Móveis e utensílios	10	(366)	(65)	-	-	1	-	(430)
Veículos	20	(896)	(25)	-	-	-	-	(921)
Equipamentos de informática	20	(1.						



Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Os valores dos capitais segurados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

Danos materiais e lucros cessantes  
Responsabilidade Civil  
Responsabilidade Civil Ambiental  
D&O

	2018	2017
Danos materiais e lucros cessantes	2.299.900	2.299.900
Responsabilidade Civil	193.740	165.410
Responsabilidade Civil Ambiental	30.000	30.000
D&O	60.000	60.000

**Carsten Bosselmann**  
Diretor Presidente e de Operações  
**Marcelo Amaral Palladino**  
Diretor Financeiro

**Douglas dos Santos Guimarães** - Contador - CRC-RJ-110416/O-0

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administração da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.



KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Original em inglês assinado por: Luis Claudio França de Araújo - Contador CRC RJ-091559/O-4